

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Grupo de Trabalho – Combate à criminalidade económica, financeira e fiscal - (PJL 204/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), PJL 205/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), PJL 206/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), PJL 207/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), PJL 235/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), PJL 255/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 256/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 257/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 258/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 259/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 260/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 261/XIII/1.<sup>a</sup> (PS), PJL 262/XIII/1.<sup>a</sup> (PS), PJL 263/XIII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP))

---

**SÍNTESE 5/XIII/2.<sup>a</sup> SL**

Aos 13 dias do mês de julho de 2017, pelas 18:00 horas, reuniu o Grupo de Trabalho – Criminalidade económica, financeira e fiscal - (PJL 204/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), PJL 205/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), PJL 206/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), PJL 207/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), PJL 235/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), PJL 255/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 256/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 257/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 258/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 259/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 260/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), PJL 261/XIII/1.<sup>a</sup> (PS), PJL 262/XIII/1.<sup>a</sup> (PS), PJL 263/XIII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP)), na sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados João Paulo Correia (PS) – Coordenador do Grupo de Trabalho -, Inês Domingos (PSD), Carlos Silva (PSD), Mariana Mortágua (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP), tendo como Ordem do Dia:

**Votações indiciárias das iniciativas legislativas pendentes.**

O Coordenador do GT, Senhor Deputado João Paulo Correia (PS), deu início aos trabalhos, passando de seguida às votações relativas ao texto conjunto relativo aos Projetos de Lei n.º [206/XIII/1.<sup>a</sup> \(BE\)](#) e [261/XIII/1.<sup>a</sup> \(PS\)](#), recordando que este já tinha sido aprovado na especialidade mas que ficou determinado que se esperaria pelo parecer do Banco Central Europeu. Notando que o parecer chegou entretanto e que o PS e o PSD submeteram novas propostas de alteração, perguntou aos membros do GT se aceitavam a admissão das propostas – não se registando oposição – e colocando a votação as mesmas.

Os resultados da votação podem ser consultados nas páginas das iniciativas legislativas em causa.

O Coordenador do GT anunciou então a retirada do [Projeto de Lei n.º 204/XIII/1.<sup>a</sup> \(BE\)](#) e passou à votação do [Projeto de Lei n.º 256/XIII/1.<sup>a</sup> \(PCP\)](#), a qual consta do respetivo relatório de votações.

Seguiu-se a discussão do [Projeto de Lei n.º 260/XIII/1.<sup>a</sup> \(PCP\)](#), que passou para a reunião seguinte após se debater o exato teor da proposta de alteração apresentada pelo PSD, a qual deu origem a pedidos de esclarecimentos dos restantes GP.

Finalmente, também na discussão da [Proposta de Lei n.º 73/XIII/2.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) foram suscitadas questões, por parte do PSD, que levaram ao adiamento da votação da iniciativa para a reunião seguinte do GT.

Não tendo sido suscitados outros assuntos, a reunião foi encerrada pelas 18:50 horas, dela se tendo lavrado a presente síntese.

Palácio de São Bento, 13 de julho de 2017.